



JORGE NETO

TOC são garante de seriedade no funcionamento da economia

Por Nuno Dias da Silva

O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República defende que o combate à corrupção deve ser «assumido como um dos pontos fortes do trabalho dos deputados». Sobre os profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade, Jorge Neto está convicto que a sua presença em instituições públicas constituiria uma mais-valia, «em nome da necessária transparência que se exige aos órgãos da administração central e local.»

Jorge Neto nasceu em 1957. Licenciado em Direito, exerce a profissão de advogado, para além de ser professor convidado em diversas universidades do País. Actualmente desempenha as funções de deputado na X legislatura, eleito pelo PSD, acumulando com o cargo de presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República. Anteriormente, também foi parlamentar nas VIII e IX legislaturas, altura em que presidiu às comissões de Execução Orçamental e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Integrou o XVI Governo Constitucional como secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes.

A consolidação das finanças públicas está no bom caminho, mas é um engano dizer que a casa está arrumada. A opinião é do deputado Jorge Neto, que afirma ainda que o sistema fiscal padece de uma «herança napoleónica», que tem na sua base excesso de burocracia. O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República entende também que os direitos e as garantias dos contribuintes devem ser escrupulosamente

respeitados e que o choque fiscal não passará de uma miragem enquanto a reforma da administração pública não se materializar. Relativamente aos TOC, declara que desempenham um papel central «na construção de uma economia desenvolvida e próspera.»

TOC – Como é que analisa os mais recentes progressos em termos de saneamento das finanças públicas?

Jorge Neto – Estamos no bom caminho. O saneamento das contas públicas é uma condição fundamental para um desenvolvimento económico sustentável. Vivemos períodos conturbados que não são desejáveis que se repitam: recordo em especial o crescimento e o progresso económico acentuado em todos os azimutes da economia mundial, de 1996 a 2001, altura em que podíamos ter aproveitado para realizar uma política anti-cíclica e travar a despesa. Não o fizemos. Pagámos a factura, mais tarde, em 2002, já com uma economia em abrandamento.

TOC – Já é possível tirar o pé do acelerador na política de contenção?

J.N. – É falso dizer que as contas públicas estão em ordem. Trata-se de um trabalho inacabado. Regressar a uma prática laxista nessa tarefa, que é contínua, seria altamente negativo. Os elogios vindos de instâncias europeias, como a UE e a OCDE, indicam que vamos no rumo certo.



Jorge Neto defende que o trabalho de consolidação das contas públicas está «inacabado».

Ainda há poucas semanas a Comissão Europeia anunciou que Portugal deixaria de estar na lista dos países catalogados com défice excessivo.

TOC – A receita fiscal teve forte influência no aliviar do défice. Crê que a reforma da administração pública vai ter os resultados desejáveis, diminuindo a “gordura” do Estado?

J.N. – A reforma da administração pública está muita aquém dos resultados esperados. É uma miragem, está quase paralisada, não existindo resultados palpáveis do PRACE. Algumas das medidas tomadas, pese embora a sua bondade, são insuficientes, o que faz destas reformas um enunciado de princípios. A redução estrutural da despesa continua por fazer. A receita aumentou, por via da carga fiscal, e também por causa da maior eficiência da máquina fiscal, não esquecendo um acréscimo da sensibilidade dos contribuintes para o cumprimento das suas obrigações tributárias. O que se nota é que existe uma espontaneidade no cumprimento, que se traduz, afinal, no aumento da receita arrecadada para os cofres do Estado.

Debate sobre a *flat tax* terá de ser feito

TOC – A pressão fiscal foi atenuada com a redução em um ponto percentual do IVA. Partilha da opinião dos parceiros sociais que recomendam nova descida deste imposto?

J.N. – A redução da carga fiscal, que todos nós entendemos que é demasiado onerosa, só deve ocorrer com uma concomitante redução da despesa pública. Reduzir a carga fiscal sem, em paralelo, baixar a despesa, é um erro. É um regresso ao passado e ao défice excessivo. Por isso, uma diminuição sustentada da carga fiscal é desejável, desde que seja acompanhada de uma redução da despesa pública. Se for só para ser simpático para os contribuintes ou para os eleitores em véspera de eleições, então não vale a pena.

TOC – Pensa que os portugueses pagam demasiados impostos ou é a contrapartida por aquilo que desembolsam que se revela manifestamente insuficiente?

J.N. – As estatísticas dizem que a nossa carga fiscal está sensivelmente na média europeia. Nos países



«Uma diminuição sustentada da carga fiscal é desejável, desde que seja acompanhada de uma redução da despesa pública.»

do norte da Europa a carga fiscal é maior, enquanto no sul ou nos países de Leste, por norma, é menor. Boa parte das nações da antiga «Cortina de Ferro», utilizam a *flat rate tax*, que é uma taxa única, baixa e que tem tido bons resultados, designadamente na Estónia, Rússia, República Checa, etc.

TOC – Que vantagens aponta à *flat tax*?

J.N. – A competitividade fiscal, na medida em que permite atrair investimento. No mundo global em que vivemos, a competitividade fiscal nunca poderá deixar de ser considerada e ponderada do ponto de vista do decisor e do legislador. Tem outra vantagem, a simplicidade, ou seja, menos burocracia, menos encargos administrativos na cobrança dos impostos, menos isenções e excepções.

TOC – Pensa que fazia sentido aplicá-la em Portugal?

J.N. – É um debate que, mais cedo ou mais tarde, terá de se travar no nosso País. Neste momento, é impensável. Existem outras prioridades, que passam por colocar as contas públicas em ordem, e tal não passa pela adopção da *flat tax*. Mas admito que a médio prazo, se este movimento se alastrar por toda a Europa, não se confinando ao Leste ou a alguns países bálticos, essa questão venha a ser discutida.

TOC – O clima fiscal em Espanha é mais favorável do que no nosso País e, diariamente, somos confrontados com portugueses que cruzam a fronteira para trabalhar ou para abastecer o automóvel, empresas que se deslocalizam, etc. Portugal está em défice de competitividade fiscal no seio da UE?

J.N. – Sendo Portugal um país periférico, que se situa no extremo da Europa, tem ao seu lado uma já hoje potência mundial, como é a Espanha. Para dispormos de alguma atractividade do ponto de vista do investimento e alguma competitividade à escala global necessitamos de apresentar factores sedutores e a questão tributária pode ser um deles. A potencialidade espanhola quanto a infra-estruturas, tecido empresarial e até *superavit* orçamental, não é comparável com a nossa. Portanto, se queremos crescer mais-valias face aos nossos concorrentes teremos de ter uma carga fiscal menos pesada.

TOC – A questão fiscal é fundamental?

J.N. – É importante, mas não é tudo. Portugal enferma de uma série de maleitas do ponto de vista do nosso desenvolvimento que são deletérias e hostis para um investimento significativo no nosso território. É essencial a revisão da rígida legislação laboral para atrair investimento, do mesmo modo que é crucial ter boas infra-estruturas, minorar o défice crónico na educação e a formação profissional, sem esquecer a lenta e morosa justiça.

Descer o IRC é mais prioritário que o IRS

TOC – Para quando existem condições para um choque fiscal, reorientando a política tributária?

J.N. – Essa questão foi muito brandida em 2002.

Os tempos vieram a demonstrar que era prematuro avançar com o choque fiscal já que ia provocar um agravamento das contas públicas e imprimiria um corte radical na receita, não reduzindo significativamente a despesa. A meu ver, o governo de Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite esteve bem ao travar a ideia que conduziria o País ao abismo.

TOC – Com a casa arrumada, é possível avançar com o choque fiscal?

J.N. – O problema é que a casa não está arrumada. Admito eventualmente uma redução dos impostos se existir uma diminuição da despesa pública. O que se passa é que mais de 80 por cento da despesa é rígida, traduzida em remunerações de funcionários públicos, pensões e subsídios de desemprego. Por isso, o choque fiscal será uma miragem enquanto não se fizer uma profunda reforma da administração pública.

TOC – Porque é que não avança?

J.N. – É uma reforma impopular e com resistências de muitos sectores. Subscrevo as palavras do

ex-ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, que afirmou que o dilema do governante oscila entre fazer as reformas estruturais que o País precisa, arriscando tornar-se impopular e perder eleições, e não as fazer, sendo provável que ganhe eleições e se mantenha como governante.

TOC – Relativamente ao IRC devia haver alívio tributário e o reforço dos incentivos ao investimento?

J.N. – Penso que sim. O IRC é uma prioridade maior que o IRS. A existir abrandamento da carga fiscal ele deve privilegiar o mundo empresarial, as empresas e o investimento. Mas sempre com o fito permanente no saneamento das contas públicas e do controle orçamental. Considerando o actual contexto, não me parece razoável admitir que haja uma redução substantiva da carga fiscal sobre as empresas.

Os direitos e garantias dos contribuintes são sagrados

TOC – A ânsia da máquina fiscal obter receita suscitou muitas críticas e tomadas públicas de



Para o deputado não restam dúvidas: «O nosso sistema fiscal padece de uma certa herança napoleónica, que tem na sua base um excesso de burocracia.»

posição, inclusive da CTOC, relativamente a alguns atropelos praticados. Que análise faz dos casos vindos a público?

J.N. – Devo ressaltar que o nosso sistema fiscal prima por uma excessiva complexidade e burocracia. Urge simplificar o enquadramento fiscal, de modo a tornar acessível a sua assimilação e compreensão. Trata-se de uma tarefa que compete ao legislador, aos governos e aos deputados, reflectirem, ponderarem e tomarem medidas concretas no sentido da simplificação fiscal.

TOC – O sistema fiscal é um imenso labirinto?

J.N. – O nosso sistema fiscal padece de uma certa herança napoleónica, que tem na sua base um excesso de burocracia. Aliás, algumas teorias dizem



O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da AR defende que «o combate à corrupção deve ser uma prioridade.»

que o atraso registado hoje nos países da África Ocidental, colonizados pela França, se ficou a dever, sobretudo, à matriz napoleónica que enquadra o contexto legislativo desses países.

TOC – A carga burocrática é um forte entrave?

J.N. – A burocracia é um obstáculo, não só para os contribuintes, mas também para a administração fiscal, devido à necessidade de ter mais meios administrativos, meios contenciosos, mais tribunais, mais juízes, etc. É preciso acabar com os regimes de excepções e as isenções. Se este panorama se mantiver, continuará a ser difícil compreender e dominar os meandros do nosso sistema fiscal.

TOC – Os direitos e garantias dos contribuintes devem ser condição primordial para o fisco respeitar antes de desencadear mecanismos penalizadores?

J.N. – Os direitos e garantias dos contribuintes são sagrados, intocáveis e inalienáveis, devendo ser escrupulosamente respeitados. É impensável, num Estado de Direito, imaginar a maximização da eficiência fiscal à custa dos contribuintes. A intenção do fisco de maximizar a receita não é condenável, mas tem que estar balizada pelos direitos e garantias dos cidadãos e enquadrada nas regras legais em vigor. Tem que haver igualdade entre a tarefa meritória e desejável de boa arrecadação da receita e o respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos, o que, infelizmente, nem sempre acontece. Os casos ocorrem com demasiada frequência e nunca são desmentidos, tendo o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais advertido alguns excessos de interpretação da lei relativamente à execução de penhoras. A comissão parlamentar, a que eu presido, tem trazido à colação o caso e o Provedor de Justiça chegou mesmo a apresentar um relatório, alertando para o frenesim inusitado e muitas vezes injustificado do ponto de vista legal da administração fiscal.

TOC – O Estado assemelha-se, em certos momentos, a uma empresa de cobranças?

J.N. – A necessidade de corrigir em tempo curto o défice excessivo, justificou a pressão sobre o fisco para este ser mais diligente e eficiente na

cobrança dos impostos. Os erros e os excessos aconteceram, mas creio que por parte do governo e da administração fiscal vê-se que existe vontade para corrigir os lapsos cometidos, circunscrevendo a boa cobrança fiscal no quadro e nos limites que a lei impõe.

TOC – O outro lado da pressão para obter receita aconteceu com a mudança de atitude dos contribuintes. Que explicação encontra?

J.N. – A eficácia da cobrança fiscal dentro dos limites legais e a enorme divulgação nos *media* do desiderato patriótico de sanear as contas públicas em nome do progresso da economia teve reflexos no comportamento do contribuinte que interiorizou que não pagar impostos, para além de violar um dever de cidadania, corresponde a uma postura egocêntrica que desrespeita a solidariedade que deve subjazer à atitude de qualquer cidadão português. A espontaneidade natural, não forjada, dos contribuintes para o pagamento de impostos é hoje um dado adquirido. E os progressos práticos são evidentes: há mais contribuintes a apresentarem declarações de rendimentos, sabendo-se que essas declarações estão mais ajustadas com a realidade do rendimento efectivamente auferido.

Laxismo dos deputados cria má imagem do Parlamento

TOC – A corrupção e a criminalidade económico-financeira são duas chagas que tardam em ser erradicadas. Pensa que os deputados e os partidos têm feito o suficiente em termos legislativos para minorar este fenómeno que potencia a economia informal?

J.N. – A crítica tem algum fundamento. Nesse domínio os deputados deviam fazer mais e ter começado há mais tempo. Os pacotes legislativos de combate à corrupção, nomeadamente a proposta do ex-deputado João Cravinho, não terão tido a celeridade de tratamento que seria desejável, gerando uma certa permissividade e laxismo na abordagem dessas questões candentes e centrais da democracia em Portugal. É indiscutível que isso transmite uma má imagem do Parlamento para a opinião pública.

TOC – Concorda com o Procurador-Geral da República que diz que o combate ao enriquecimento ilícito deve ser uma prioridade?

J.N. – Não podia estar mais de acordo. O mesmo deve acontecer no combate à corrupção, visto que esta mina os fundamentos da própria democracia e o próprio progresso e desenvolvimento económico, criando entorses no sistema, acabando por favorecer os prevaricadores e prejudicando os cumpridores. Em nome da justiça social, o combate à corrupção deve ser uma prioridade, assumido como um dos pontos fortes do trabalho dos deputados.

A opinião independente e isenta do TOC

TOC – Como perspectiva o papel dos Técnicos Oficiais de Contas na sociedade?

J.N. – É um papel crucial. Aos TOC cabe um papel de fé pública no escrutínio das contas das empresas e dos rendimentos dos particulares. Os profissionais são um garante da seriedade e genuinidade do funcionamento da nossa economia. Nessa medida, têm um papel incontornável na construção do Estado de Direito democrático. Reconheço aos TOC um papel essencial na construção de uma economia desenvolvida e próspera, criando todas as condições para expurgar, tanto quanto possível, a chamada economia paralela, que tanta concorrência desleal faz às nossas empresas. O escrutínio dos TOC corresponde a um contributo prestimoso para a criação de uma economia moderna.

TOC – Veria com bons olhos a presença de TOC nas autarquias, em nome do rigor e credibilidade das contas públicas?

J.N. – Esse é um problema que já se colocou no passado. No governo Guterres, o ministro da Economia, Pina Moura, citou um conjunto de medidas com vista à contenção da despesa pública, e entre elas encontrava-se uma espécie de auditor externo ou *financial controller*...

TOC – Missão que seria entregue a um TOC?

J.N. – Exacto. Os profissionais da Contabilidade seriam colocados nos diversos departamentos dos Estado e nas autarquias. Tudo aquilo que fosse escrutínio técnico, exógeno às instituições democráticas, ministérios e autarquias incluídos, incutindo transparência ao exercício das funções públicas, seria bem-vindo. Permitiria aos políticos e aos autarcas desempenharem as suas funções com mais tranquilidade, devido ao respaldo

financeiro de uma opinião independente e isenta de alguém exterior à sua função, mas do ponto de vista democrático, aos olhos do cidadão, conferiria maior credibilidade e seriedade ao exercício das tarefas políticas.

Em resumo, creio que a presença de TOC em instituições públicas seria uma mais-valia em nome da necessária transparência que se exige aos órgãos da administração central e local.

TOC – O novo projecto do Sistema de Normalização Contabilística está em período de discussão pública. Que virtudes e defeitos aponta?

J.N. – A uniformidade de regras da apresentação de contas da administração central, local e Estado, é um imperativo da transparência da democracia. Custa-me a aceitar que no século XXI existam normas diferenciadas do ponto de vista da Contabilidade que são aplicadas à administração central por comparação com aquelas que são aplicadas a fundos e serviços autónomos.

A comissão a que presido na Assembleia tem vindo a fazer um esforço para sensibilizar o governo para que, tanto quanto possível, uniformize a aplicação do POCP, que não está ainda a ser aplicado em todos os azimutes do Estado, criando distorções ao



Jorge Neto reconhece aos TOC «um papel essencial na construção de uma economia desenvolvida e próspera.»

nível da transparência da Conta Geral do Estado, nomeadamente no que concerne à valorização patrimonial. Por isso, defendo que a uniformidade dos critérios de aplicação do POCP e das normas contabilísticas é uma necessidade da democracia.

Os ventos nefastos que sopram dos EUA

TOC – A crise do *subprime*, o preço do petróleo, a desvalorização do dólar e a subida das taxas de juro, são sinais de alarme para as economias mundiais. Para quando prevê o estabilizar da situação?

J.N. – Noto que não há sintonia entre a realidade económica mundial e as previsões do Governo, que continuam sem ser corrigidas. Não vivemos num oásis. Se a situação nos EUA está próxima da recessão e se na Europa há um abrandamento significativo, Portugal não pode ficar imune. Sobre a crise em si, ninguém sabe o que pode acontecer. Mas os dados apontam para um cenário volátil, que certamente tenderá a agravar-se ao longo de 2008, atingindo o seu pico no ano seguinte. Os tempos vindouros não serão de bonança, mas de agitação e tempestade. Os efeitos agrestes e nefastos dos ventos que sopram dos EUA vão chegar cá.

TOC – A crise alimentar trouxe um aumento dos preços dos alimentos, fenómenos de pobreza e agregados familiares oriundos da classe média em falência. Estamos perante um «tsunami silencioso» como lhe chamou a ONU?

J.N. – A crise alimentar tem parte da sua génese no crescimento explosivo das economias emergentes, nomeadamente China e Índia, mas também se relaciona com o biocombustível, que retirou alguns campos de cultura para a alimentação e a falta de sementes e mecanização em solos com boas condições para a lavoura. A subida de preços nos mercados internacionais é a consequência lógica, tornando ainda mais gravosa a crise mundial, primeiro na componente financeira e agora nos produtos alimentares de primeira necessidade. Já se começa a falar, inclusive, no «cabaz elementar», visto que os produtos que dizem respeito à alimentação rotineira dos portugueses começam a pesar no orçamento familiar. ■